

INTRODUÇÃO À CULTURA ENQUANTO PODER ESTRUTURANTE

Sâmela de Freitas Valamatos

Mestre em Ciências Humanas - Universidade Estadual do Amazonas (UEA), 2024;
Especialista em Neuropsicologia - Universidade Metropolitana de Manaus (FAMETRO),
2020; Graduada em Psicologia - Universidade Metropolitana de Manaus (FAMETRO), 2018.

Atuação como professora universitária, psicóloga organizacional, palestrante e pesquisadora. Abordagem holística do ser biopsicossocial, abordagens da psicologia integrada com foco em autodesenvolvimento e autogerenciamento. Domínio em projetos de pesquisa e pesquisa. Pesquisas e publicações em relações sociais e envelhecimento humano.

E-mail: sdfv.mic22@uea.edu.br

Gimima Beatriz Melo da Silva

Docente da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UEA) e ao curso de Bacharelado em Administração. É graduada em Ciências Sociais (UFAM), mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM), doutora em Antropologia (UFF) e pós-doutorado pelo Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (UPORTO).

E-mail: gbeatriz2008@hotmail.com

Resumo: As relações sociais e suas formas foram basilares na construção deste artigo, no qual se aborda a cultura enquanto poder estruturante. Para a discussão, este conta com 3 tópicos: “o conceito de cultura”, no qual foram utilizados como fundamento os estudos dos antropólogos Roque de Barros Laraia e Clifford Geertz, o sociólogo Zygmunt Bauman e o autor Renato Ortiz. O segundo tópico aborda um “Conceito de poder estruturante”, no qual foram utilizados os teóricos Michel Foucault, com seus estudos presentes em “Vigiar e Punir”, e Pierre Bourdieu em “O Poder Simbólico”. No último tópico, “A cultura enquanto poder estruturante”, foram utilizadas as ideias discutidas nos tópicos anteriores, seus autores, e acrescentadas as ideias do professor crítico literário Edward W. Said. Este artigo tem como objetivo introduzir o leitor a uma realidade implícita nas relações corriqueiras e invisível ao imaginário da maioria dos viventes, mas que causa um efeito basilar na experimentação individual da vida de cada indivíduo humano.

Palavras-chave: cultura; poder; disciplina; símbolos; império.

Abstract: Social relations and their forms were fundamental in the construction of this article, which addresses culture as a structuring power. For the discussion, this account with 3 presented: “the concept of culture”, in which the studies of the anthropologists Roque de Barros Laraia and Clifford Geertz, the sociologist Zygmunt Bauman and the author Renato Ortiz were used as a foundation. The second topic addresses a “Concept of structuring

power” in which the theorists Michel Foucault were used, with his studies present in “Discipline and Punish” and Pierre Bourdieu in “The Symbolic Power”. In the last topic “Culture as a structuring power”, their authors were used as supported ideas in those presented above and added as ideas of literary critic professor Edward W. Said. This article aims to introduce the reader to an implicit reality in everyday relationships and invisible to the imagination of most living beings, but which causes a fundamental effect on the individual experimentation of the life of each human individual.

Keywords: culture; power; discipline; symbols; empire.

INTRODUÇÃO

Para iniciar os comentários deste artigo, abordo uma frase de Said que me inspirou a abordar tal temática: “A dominação e as injustiças do poder e da riqueza são fatos perenes da sociedade humana” (Said, 2011, p. 39). Não buscando uma essencialidade a partir da interpretação da mesma, mas sim uma reflexão que, ao colocar a dominação e as injustiças do poder enquanto constância nas sociedades, nos leva à visualização destes fenômenos e nos inspira a buscar mais conceitos para a compreensão destes, chegando nas mais profundas reflexões, a visualizar a nós mesmos enquanto dominadores e detentores de práticas injustas nos encontros sociais, de forma, por vezes, inconsciente, ao mesmo passo que, dominados por outras estruturas.

Ao falar de interações e relações sociais, é importante falar da cultura, aquela que, segundo Bauman, é a própria prática humana, os afazeres corriqueiros dos indivíduos e, segundo Weber, são os significados que os homens têm das coisas, do outro e do mundo. Não somente esses, mas outros estudos permeiam por essas ideias conceituais e simbólicas, expansíveis de compreensão quando nos questionamos sobre seus potenciais poderes estabelecidos como naturais, suas disputas e exercícios de dominância, sutis, porém já bem descritos por alguns estudiosos, não em sua totalidade, mas em suas formas passíveis de compreensão e possíveis extensões compreensivas.

Este artigo busca inserir o leitor de forma introdutória à cultura enquanto poder e não suprime a necessidade de se aprofundar nas leituras aqui referenciadas e outras para maior entendimento da temática.

Conceito de cultura

“A natureza dos homens é a mesma, são seus hábitos que os mantém separados” (Confúcio [IV a.C.?] *apud* Laraia, 2008, p. 10). As diferenças tanto entre homens, quanto entre homens e outras espécies, sempre se mostraram um fenômeno que desperta curiosidade causal nos que os observam e identificam, tentando explicar tais diferenças a partir de variações nos ambientes os quais se encontram (*Ibid.*, p. 13) ou fatores que não geram subsídios suficientes para uma causalidade sustentável.

Os fatores biológicos também são requisitados às explicações necessárias aos teóricos curiosos que se aventuram nesse campo de observação das diferenças e, tais fatores, de fato, não devem ser negados enquanto existência. O homem, para sua sobrevivência, precisa “satisfazer um número determinado de funções vitais, como a alimentação, o sono, a respiração, a atividade sexual etc.”, atividades “comuns a toda humanidade”, porém os grupos diferem quanto ao modo de satisfazê-las, o modo de serem executadas, variando “de uma cultura para outra” e é “esta grande variedade na operação de um número tão pequeno de funções que faz com que o homem seja considerado um ser predominantemente cultural” (*Ibid.*, p. 37-38).

Taylor (1817) é um dos primeiros teóricos dos quais temos registro de uma conceituação da cultura, o qual a descreveu como “todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (*Ibid.*, p. 28). Nós utilizamos da cultura em todas as conexões que realizamos com o outro e com o mundo, “para todos os propósitos”, em

todos os seus significados, “com generalizações e derivados” (Langer *apud* Geertz, 1989, p. 03).

A grande qualidade da espécie humana foi a de romper com suas próprias limitações: um animal frágil, provido de insignificante força física, dominou toda a natureza e se transformou no mais temível dos predadores. Sem asas, dominou os ares; sem guelas ou membranas próprias, conquistou os mares. Tudo isto porque difere dos outros animais por ser o único que possui cultura (Laraia, 2008, p. 24).

O homem, tal qual o conceituamos nas diversas ciências, é “o resultado do meio cultural em que foi socializado”, um herdeiro e um feitor de um processo acumulativo de conhecimento a partir das experiências “adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam” e por ele mesmo (*Ibid.*, p. 4).

Quando o conhecimento do “patrimônio cultural” é bem manipulado, tanto pelos teóricos, quanto pelos próprios integrantes das culturas, tornam-se possíveis inovações e invenções, não a partir de um único “gênio”, mas a partir “do esforço de toda uma comunidade” (Laraia, 2008 p. 45), porém esse processo “depende de um aprendizado, um processo que chamamos de endoculturação” (*Ibid.*, p. 19-20), o qual acontece por duas vias: de forma consciente de seu aprendizado e de forma inconsciente, naturalizada, na qual sua articulação se dá por meio do comportamento, da ação social, “em várias espécies de artefatos e vários estados de consciência” (Geertz, 1989, p. 27), de forma que tudo é transmitido de um para o outro e para os próximos, “criando assim um interminável processo de acumulação” de conhecimentos, símbolos e signos (Laraia, 2008., p. 52).

Geertz chega a caracterizar a cultura como uma “chave para o universo” (Geertz, 1989, p. 03). O modo de ver o mundo, o outro e a si mesmo, as ordens morais e valorativas e até “mesmo as posturas corporais” são “produtos de uma herança cultural”, “o resultado da operação de uma

determinada cultura” (Laraia, 2008, p. 68) e, por mais que o *ecletismo* seja uma opção, este é passível de causar no indivíduo uma “auto frustração” (Geertz, 1989, p. 04).

Geertz traz o entendimento de Max Weber sobre o conceito da cultura, no qual a coloca como uma “teia de significados” tecida pelos próprios homens, (Geertz, 1989, p. 15), de tal forma que o mundo no qual vivemos é composto de representações, e essas representações “constituem o próprio elemento da cultura” (Said, 2011, p. 81). Portanto, para mais efetividade no tratamento teórico da cultura, é preciso pensa-la enquanto um “sistema simbólico”, “em seus próprios termos”, isolando seus elementos e especificando-os, caracterizando “todo um sistema de uma forma geral” (Geertz, 1989, p. 27).

Bauman, não discordando dos demais, mas acrescentando entendimento, descreve a cultura enquanto “práxis”, a prática do indivíduo humano, seus afazeres, seus comportamentos, sendo a cultura tanto “um agente de desordem quanto um instrumento de ordem”, “um espaço de criatividade e um marco de regulação normativa” (Bauman, 2012, p. 219). O aspecto de “ordem” da cultura pode ser identificado também por Laraia, quando descreve que “a chegada de um estranho em determinadas comunidades pode ser considerada como a quebra da ordem social ou sobrenatural” (Bauman, 2008, p. 73).

Um conceito mais *moderno* faz-se necessário de atenção para os entendimentos da cultura: a “globalização” ou “mundialização”. “É preciso sair de um modelo territorializado para se pensar a sociedade [...], o homem é agora um cidadão global, é desterritorializado” (Ortiz, 1994, p. 16). Esse fenômeno articula a cultura “a duas dimensões”, ao próprio “movimento de globalização das sociedades” e a “uma ‘visão de mundo’, um universo simbólico específico à civilização atual”.

Uma civilização promove um padrão cultural sem com isso implicar a uniformização de todos [...] uma cultura mundializada [...] possui uma especificidade, fundando uma nova maneira de estar no mundo, estabelecendo novos valores e legitimações (*Ibid.*, p. 33).

Essa nova configuração não deve ser interpretada a partir de uma homogeneização dos hábitos e pensamentos, seria ingênuo pensar dessa forma, mas sim como “um conjunto de subgrupos cujos modos particulares se distinguem no interior de um modelo comum” (*Ibid.*, p. 32), que foi conquistado a partir do domínio imperial estabelecido ao longo dos anos, nos quais uma cultura afeta as demais gerando “um mundo inteiramente global” (Said, 2011, p. 24-25), composto por “cidadãos mundiais”, sem que haja a estrita aproximação física entre os integrantes humanos do mundo, não aniquilando as culturas (Ortiz, 1994, p. 07-08), mas, por vezes, mais adotando “elementos estrangeiros, alteridades e diferenças do que os” excluindo (Said, 2011, p. 35), sempre permeando todo o “conjunto das manifestações culturais” (Ortiz, 1994, p. 30).

A análise semiótica da cultura nos ajuda a acessar o “mundo conceptual no qual vivem os nossos sujeitos”, nos permitindo conversar com eles, adentrar em um “universo não familiar de ação simbólica” (Geertz, 1989, p. 35), um contexto específico que deve ser “descrito com densidade” para seus atuais e futuros entendimentos (*Ibid.*, p. 24), conhecendo assim o “mundo social” e suas categorias, possibilitando seus entendimentos e suas transformações, um exercício por vezes de luta, capaz de estabelecer poder(es) (Bourdieu, 2003, p. 142).

Conceito de poder estruturante: Bourdieu e Foucault

Bourdieu descreve o que chama de Campo Social como um lugar construído a partir de “um conjunto de relações de forças” e “interações diretas entre os agentes” (Bourdieu, 2003, p. 134), um “lugar de uma luta

mais ou menos declarada” (*Ibid.*, p. 150), composto por indivíduos representados por uma “ideologia” da sociedade, fabricados, segundo Foucault, a partir de um poder denominado de “poder disciplinar” (Foucault, 1987, p. 161), sujeitos aos efeitos também do “poder simbólico” (Bourdieu, 2003, p. 14).

O poder disciplinar funciona, não como um aparelho ou uma instituição, mas como uma técnica de poder que “fabrica indivíduos dóceis e úteis” (Foucault, 1987, p. 177), capaz de “adestrar” os indivíduos como “instrumentos de seu exercício”, por meio de componentes simples como “o olhar hierárquico”, “a sanção normatizadora” e o “exame” (*Ibid.*, p. 143), construindo quadros de realidades, prescrevendo manobras de comportamento, impondo exercícios de fazer e organizando suas “táticas” (*Ibid.*, p. 141).

O poder disciplinar conta com instituições a seu favor que funcionam como um controle microscópico do comportamento humano, composto de aparelhos de observação, registros e treinamentos (*Ibid.*, p. 145), de forma que conduzam-se os indivíduos aos resultados esperados de posturas comportamentais, como um “condenado” ao bom comportamento, o “louco” a um estado de calma, o “doente” a seguir os tratamentos, pessoas ao trabalho e ao estudo, entre outras atividades que se espera, de forma automática e “naturalizada” (*Ibid.*, p. 167).

O panóptico é uma dessas *máquinas* de sustentação do poder, que configura sobre o indivíduo “ao mesmo tempo vigilância e observação, segurança e saber, individualização e totalização, isolamento e transparência” (*Ibid.*, p. 221), produzindo um efeito de “um estado consciente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder”, no qual o indivíduo “nunca deve saber se está sendo observado; mas deve ter certeza de que sempre pode sê-lo” (*Ibid.*, p. 177-178). O exercício, também, parte do

maquinário de sustentação do poder disciplinar, é uma *técnica* que impõe aos corpos tarefas repetitivas e graduais, seja em relação a atividades específicas ou em relação aos outros indivíduos com quem nos deparamos no dia a dia, realizando por “continuidade e coerção” uma qualificação observada e crescente (*Ibid.*, p. 136-137).

O referido estudo de Foucault teve suas reflexões a partir das mudanças nos sistemas punitivos que aconteceram no século XVIII e, concomitantemente, estenderam-se para as demais áreas das cidades. Inicialmente, o panóptico foi observado a partir de uma estrutura prisional, mas foi sendo estruturado entre indivíduos, de forma que esse estado de observação constante se perpetue nos encontros sociais corriqueiros do dia a dia, tornando-se, assim, o princípio de sua própria sujeição (*Ibid.*, p. 168). Todo esse aparato promovido pelo poder disciplinar visa provocar comportamentos específicos, desejados, estruturados e automatizados, transformando os indivíduos não a partir de uma explicação ou formulação (*Ibid.*, p. 140), mas a partir de um controle *orgânico*, capaz de se manter e perpetuar dentro das relações que acontecem corriqueiramente, dirigindo os comportamentos ao que se espera economicamente e estruturalmente dos indivíduos (*Ibid.*, p. 136-137).

Em paralelo aos estudos de Foucault, temos os estudos de Bourdieu, que nos trazem o entendimento do poder simbólico, um poder capaz de

construir dados pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização,

exercido por intermédio de um reconhecimento pessoal e uma não consciência de sua arbitrariedade enquanto poder (Bourdieu, 2003, p. 14). Os símbolos são um “campo de produção” que possuem uma lógica interna aos

indivíduos, produzida a partir de interesses específicos daqueles que os produzem e “das classes, ou frações de classes que elas exprimem”.

É na correspondência de estrutura a estrutura que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio de imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais (*Ibid.*, p. 13-14).

Os símbolos permeiam todas as interações sociais como um instrumento “de conhecimento e de comunicação”, construindo um “*consensus* acerca do sentido do mundo social”, contribuindo “fundamentalmente para a reprodução da ordem social” por meio da “integração lógica”, estabelecendo “relações de forças”, “relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidas nessas relações” e que, ele próprio, acumula mais poder simbólico, se autonutrindo e perpetuando sua ação entre as relações (*Ibid.*, p. 10-11).

Os efeitos dos poderes estruturantes não são melhores descritos quando tratados em aspectos negativos como uma ação de força que “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara” e/ou “esconde” algo ou algum comportamento, mas sim como um poder que “produz realidades”, “produz campos” compostos por “objetos e rituais da verdade”, nos quais o indivíduo e seu conhecimento são produzidos (Foucault, 1987, p. 161), produzindo, por meio da “eficácia simbólica”, “coisas sociais e, sobretudo, grupos” (Bourdieu, 2003, p. 159), com a intenção de não somente fazer *funcionar* a sociedade, mas produzir uma *coerência tática* (Foucault, 1987, p. 120), movendo os indivíduos de uma instância disciplinar a outra, reproduzindo, nutrindo e automatizando os exercícios de poderes sociais (*Ibid.*, p. 186).

A cultura enquanto poder estruturante

O espaço social é constituído por estruturas objetivas capazes de moldarem as “categorias de percepção do mundo social em cada indivíduo”, levando-os “a tomarem o mundo social tal como ele é, a aceitarem-no como natural, mais do que a rebelarem-se contra ele, a oporem-lhe possíveis diferentes, e até mesmo antagonistas” (Bourdieu, 2003, p. 141). Essas diferenças se tornam cada vez mais visíveis à medida que se encerra o século XX, “uma consciência” cresce a respeito “das linhas entre culturas”, permitindo verificar “até que ponto as culturas são estruturas de autoridade” e até que ponto são “benévolas no que abrangem, incorporam e validam [e], menos benévolas no que excluem e rebaixam” (Said, 2011, p. 35).

O poder simbólico exercido nas relações, principalmente aquelas permeadas por figuras ícones, como “poetas nas sociedades arcaicas, profetas, homens políticos” (Bourdieu, 2003, p. 143) e outros, não é meramente residente dos “sistemas simbólicos”, mas define-se a partir das relações que se estabelecem (*Ibid.*, p. 14), pondo “o senso comum do seu próprio lado apropriando-se das palavras que estão investidas de seu valor por todo o grupo, porque são depositárias da crença dele” (*Ibid.*, p. 143), produzindo e reproduzindo crenças, sujeitando uns aos outros que exercem o poder (*Ibid.*, p. 15).

“A arte, religião e a língua constituem sistemas simbólicos, assim como estruturas estruturadas” (*Ibid.*, p. 08) - todos componentes da cultura, segundo as principais teorias desta. O referido poder “é um poder de construção da realidade”, que estabelece um “sentido imediato do mundo” social, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências” (*Ibid.*, p. 10).

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que os fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados” (Bourdieu, 2003, p. 11).

A cultura, enquanto aprendizado, é estimulada em nós por diversos fenômenos, sendo um destes o aprendizado que temos durante nosso desenvolvimento de “venerar nossas nações e admirar nossas tradições” (e, por extensão minha, nossos grupos sociais aos quais pertencemos) mas não de uma maneira *pacífica, neutra*, e sim de uma maneira que *desconsidera e invalida* “outras sociedades”, gerando separação, por vezes conflitos, “defesas insipidas de particularidades étnicas ou grupais secundárias” (Said, 2011, p. 40-41), nas quais as “classes e frações de classes” estão constantemente

envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais (Bourdieu, 2003, p. 11).

Cada espaço social “é marcado por valores particulares e por uma mentalidade coletiva modal”, de forma que, uma civilização é uma continuidade no tempo de larga duração” e, com o mundo globalizado e o advento das sociedades globais, o mundo se torna um “mosaico” a partir de um conjunto de sociedades que diferem entre si, se tocam (Ortiz, 1994, p. 17) e aspiram “à soberania, à influência e ao predomínio” de uma em relação a outra, estabelecendo algumas rivalidades entre as culturas divergentes (Said, 2011, p. 35).

O professor, escritor e crítico-literário Said fez uma reflexão importante a ser abordada nesta discussão a partir do conceito de “imperialismo”, permeando seus estudos em como ele se perpetuou por meio da reprodução dos seus efeitos no mundo atual.

O império é uma relação formal ou informal, em que um Estado controla a soberania política efetiva de outra sociedade política. Ele pode ser alcançado pela força, pela colaboração política, por dependência econômica, social ou cultural. O imperialismo é simplesmente o processo ou a política de estabelecer ou manter um império. Em nossa época, o colonialismo direto se extinguiu em boa medida; o imperialismo, como veremos, sobrevive onde sempre existiu, numa espécie de esfera cultural geral, bem como em determinadas práticas políticas, ideológicas, econômicas e sociais (*Ibid.*, p. 29).

Com o advento da globalização, nós “vivemos num único ambiente global com uma quantidade enorme de pressões ecológicas, econômicas, sociais e políticas forçando esse tecido apenas vagamente percebido, basicamente incompreendido e não interpretado” (*Ibid.*, p. 40).

Essa dinâmica imperial é também um exercício de poder entre as culturas, de luta pela predominância de seus próprios significados, com “tendências separatistas, essencializantes, dominadoras e reativas”. Cada cultura possui suas próprias “familiaridades”, suas atividades estabelecidas a partir de sua própria definição e,

num mundo unificado como nunca antes pelas exigências da comunicação eletrônica, do comércio internacional, das viagens, de conflitos ambientais e regionais que podem se expandir com uma tremenda rapidez, a afirmação da identidade não é absolutamente mera questão cerimonial (*Ibid.*, p. 59),

fazendo-se portanto, necessário “observar o que ainda resta do imperialismo na discussão cultural recente”, esse resíduo histórico “paradoxalmente global e local ao mesmo tempo” (*Ibid.*, p. 41), que estabelece

disputas e ordens de dominância dos seus símbolos, já estruturados por meio de uma disciplina interna, no qual, “estão em jogo territórios e possessões, geografia e poder” (*Ibid.*, p. 26).

A disciplina, um fenômeno originalmente observado por Foucault, a partir de um estudo do sistema punitivo que se expandiu para uma compreensão social, pode ser também passível de uma compreensão expansiva global. Em uma de suas descrições a respeito da “micropenalidade”, Foucault nos traz que ela visa estabelecer um controle do tempo, das atividades, da maneira de ser, dos discursos, do corpo, da sexualidade, entre outros (Foucault, 1987, p. 149), moldado assim as comunidades, as sociedades a partir de visões específicas e se faz pertinente a reflexão sobre a expansão de tal fenômeno. Assim como a comunicação e os indivíduos, esse também já pode ter estabelecido magnitudes de efeitos globais, produzindo e sendo produzido pelas diversas culturas em aspectos internos e externos, ao tocarem outras culturas.

Apesar do poder disciplinar ter uma aparência de homogeneização dos corpos a comportamentos que se estruturam na própria cultura a qual pertence, ele “individualiza, por meio de uma métrica que se estabelece para “medir os desvios”, fixando especialidades que tornem as diferenças ajustadas umas às outras, excluindo as individualidades (*Ibid.*, p. 153), por meio de um poder hierarquizado que está em toda parte e sempre em alerta, silencioso e sutil, controlando até mesmo os que controlam, substituindo a espontaneidade das manifestações por olhares controladores de aparato de comportamentos (*Ibid.*, p. 148) por meio de uma “penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza” (*Ibid.*, p. 153), hierarquizado e classificando os indivíduos entre “bons” e “maus” (*Ibid.*, p. 151), signos conceituais

amplamente disseminados nas relações e nos encontros sociais, tanto do indivíduo para com os demais, quanto para os fenômenos que se apresentam.

Por fim, mas não perto de dar-se por encerradas tais reflexões tão necessárias à compreensão da sociedade em que nós nos construímos ao mesmo tempo em que construímos ela mesma, “uma cultura mundializada”, que tem se estabelecido pelos adventos *pós-modernos*, “corresponde a mudanças de ordem estrutural” (Ortiz, 1994, p. 22) e posturas de “vigilância” e “autocrítica” fazem-se “fundamentais, pois existe um risco intrínseco ao trabalho de oposição”, estabelecidos pelos grupos que buscam questionar os poderes, “de se institucionalizar, à marginalidade de se transformar em separatismo, à resistência se enrijecer em dogma” (Said, 2011, p. 78), “processo que ocorre como parte da” própria “cultura metropolitana, a qual as vezes reconhece, as vezes obscurece a atividade sustentada pelo próprio império” ou, em outras palavras, pelo próprio dominador, seja ele um indivíduo, uma comunidade ou uma sociedade (*Ibid.*, p. 78).

CONSIDERAÇÕES

Os estudos das culturas não são um estudo meramente conceitual que permeia sobre suas formas, é necessário que as reflexões sobre as culturas permeie sobre os aspectos de seus encontros, suas formações, suas estruturas, seus efeitos e seus poderes, levando em consideração as mudanças e interações globais, passando pela história mundial e seus movimentos, suas expansões, suas rupturas e ligamentos, formando um todo específico que nos norteia quanto a nossa própria existência e a existência do outro, possibilitando compreensões e manejos.

Os teóricos abordados neste trabalho que se dedicaram a caracterizar os fenômenos sociais o fizeram com especial atenção aos fenômenos

observáveis em menor escala, sem perder de vista os fenômenos maiores, de maiores participações interacionais, concluindo que os indivíduos são dualmente efeitos de formação e formatação de si, do mundo e do outro, por meio de aparas e estímulos, cortes e construções, resultados não meramente causais, mas causados.

Por meio de uma manutenção constante das estruturas a partir das ações construídas disciplinarmente nos indivíduos que fazem parte de um grupo, reproduz-se o que já está estabelecido socialmente: as relações de poder que buscam impor seus próprios símbolos e signos por meio de uma postura imperial, a qual faz com que cada grupo se veja como detentor das verdades, detentor do conhecimento sobre a vida e seus significados que, por vezes, assumem posturas de *salvador* do outro, professores da vida, fornecendo ensinamentos e diretrizes que, nem sempre, são aceitas nesses encontros, gerando embates, por vezes velados e por vezes explosivos, estabelecendo pressões de disputa e dominância, *naturalizadas* nas interações.

Quaisquer estudantes que almejem falar sobre as sociedades devem, ao menos, ter o mero conhecimento dos fenômenos que os signos, as disciplinas, as dominações, os imperialismos, entre outros, causam no outro. E esta é uma afirmação com a aparência de verdade, mais um fenômeno de nossa cultura que busca o estudo da ciência, validando seu conhecimento e fazendo o uso deste para expandir as compreensões, podendo, ou não, ser validado pelo leitor que encerra esta leitura, promovendo um encontro de ideias iguais ou desiguais, concordantes ou discordantes, possíveis gênesis de conflitos ou acolhimento.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, ZYGMUNT. **ENSAIOS SOBRE O CONCEITO DE CULTURA**. TRADUÇÃO DE CARLOS ALBERTO MEDEIROS. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2012.
- BOURDIEU, PIERRE. **O PODER SIMBÓLICO**. 6. ED. RIO DE JANEIRO: BERTRAND, 2003.
- FOUCAULT, MICHEL. **VIGIAR E PUNIR**. PETRÓPOLIS: VOZES, 1987.
- GEERTZ, CLIFFORD. **A INTERPRETAÇÃO DAS CULTURAS**. RIO DE JANEIRO: LTC, 1989.
- LARAIA, ROQUE DE BARROS. **CULTURA: UM CONCEITO ANTROPOLÓGICO**. 22. ED. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2008.
- ORTIZ, RENATO. **MUNDIALIZAÇÃO E CULTURA**. 2. ED. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1994.
- SAID, EDWARD W. **CULTURA E IMPERIALISMO**. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 2011.